



MUNICÍPIO DE ALENQUER
DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA
UNIDADE TÉCNICA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

“FORNECIMENTO E MONTAGEM DE CONTENTORES ENTERRADOS PARA RESÍDUOS INDIFERENCIADOS E SELETIVOS”

PROC. 70/2025_CMA

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL

(Nos termos do artigo 131.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na sua atual redação)

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO



**FORNECIMENTO E MONTAGEM DE CONTENTORES ENTERRADOS PARA RESÍDUOS
INDIFERENCIADOS E SELETIVOS"**

Programa de Procedimento

ÍNDICE

ARTIGO 1.º - IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO	3
ARTIGO 2.º - ENTIDADE ADJUDICANTE	3
ARTIGO 3.º - ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR	3
ARTIGO 4.º - FUNDAMENTO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO	3
ARTIGO 5.º - ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DO DAS PEÇAS PROCEDIMENTO	4
ARTIGO 6.º - IDIOMA	4
ARTIGO 7.º - DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA	4
ARTIGO 8.º - MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	5
ARTIGO 9.º - PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	6
ARTIGO 10.º - APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES	6
ARTIGO 11.º - PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS	7
ARTIGO 12.º - NEGOCIAÇÃO	7
ARTIGO 13.º - CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO	7
ARTIGO 14.º - CRITÉRIO DE DESEMPATE	7
ARTIGO 15.º - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	7
ARTIGO 16.º - MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	8
ARTIGO 17.º - PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	9
ARTIGO 18.º - PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO	9
ARTIGO 19.º - CONSULTA E OBTENÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO	9
ARTIGO 20.º - PEÇAS QUE CONSTITUEM O PROCEDIMENTO	9
ARTIGO 21.º - ASSUNÇÃO DE NOVOS COMPROMISSOS	9
ARTIGO 22.º - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	10
ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO	11
ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS PARA A PARTICIPAÇÃO EM PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA	11



FORNECIMENTO E MONTAGEM DE CONTENTORES ENTERRADOS PARA RESÍDUOS INDIFERENCIADOS E SELETIVOS"

Programa de Procedimento

ARTIGO 1.º - IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO

1- O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a celebração de contrato o **FORNECIMENTO E MONTAGEM DE CONTENTORES ENTERRADOS PARA RESÍDUOS INDIFERENCIADOS E SELETIVOS"** de acordo com as cláusulas do presente caderno de encargos.

2- À presente prestação de serviços corresponde à categoria **44613800-8** a que corresponde **Contentores para resíduos**, conforme o **Regulamento (CE) n.º 213/2008** da Comissão de 28 de novembro de 2007 que altera o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV) e a **Diretiva** do Parlamento Europeu e do Conselho **2014/24/CE**, de 26 de fevereiro de 2014, que estabelece as regras aplicáveis aos procedimentos de contratação pública.

ARTIGO 2.º- ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é o Município de Alenquer, sito na Praça Luís de Camões, 2580-318 Alenquer, com o número de telefone 263 730 900 e com o correio eletrónico geral@cm-alenquer.pt.

ARTIGO 3.º - ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

O órgão competente para a decisão de contratar é o Presidente da Câmara, através da competência que lhe foi delegada pela Câmara Municipal, na sua reunião ordinária de 14 de outubro de 2021, nos termos do n.º 1 do artigo 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, conjugado com os artigos 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), alínea do n.º 1 do artigo 18.º e o n.º 2 do artigo 29.º ambos do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, para autorizar a respetiva despesa, em vigor por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e ripristinados pela Resolução. n.º 86/2011, de 11 de abril, publicado através do edital n.º 71/2021 e disponível para consulta no site oficial do Município de Alenquer.

ARTIGO 4.º - FUNDAMENTO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

1- Nos termos do estabelecido no art.º 18.º do Código dos Contratos Públicos, a escolha do procedimento a adotar deve ter por base o valor do contrato a celebrar.

2- Para efeitos do artigo 18.º do CCP, deverá ser adotado o procedimento por Concurso Público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP:



FORNECIMENTO E MONTAGEM DE CONTENTORES ENTERRADOS PARA RESÍDUOS INDIFERENCIADOS E SELETIVOS"

Programa de Procedimento

ARTIGO 5.º - ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DO DAS PEÇAS PROCEDIMENTO

- 1- Os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, durante o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica utilizada pelo Município de Alenquer no endereço www.acingov.pt.
- 2- Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os esclarecimentos serão prestados pelo júri.
- 3- Os interessados devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões detetados, nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 50.º do CCP, ao órgão competente para a decisão de contratar, durante o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica utilizada pelo Município de Alenquer no endereço www.acingov.pt.
- 4- O órgão competente para a decisão de contratar, pronunciar-se-á sobre os erros e as omissões, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, considerando-se rejeitados todos os que não sejam expressamente aceites.
- 5- Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no prazo referido no n.º 2, ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.
- 6- Os esclarecimentos e as retificações, referidos nos números anteriores, fazem parte integrante das peças a que dizem respeito, serão disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pelo Município de Alenquer e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido ser imediatamente notificados desse facto.

ARTIGO 6.º - IDIOMA

Todos os documentos devem ser redigidos em língua portuguesa e, quando não o sejam, devem ser sempre acompanhados de tradução devidamente legalizada.

ARTIGO 7.º - DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

- 1- A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
- 2- A proposta deve ser instruída e acompanhada, pelos seguintes documentos:
 - a. Documento Europeu Único de Contratação Pública;
 - b. **Documento que contenha os preços unitários e o valor global**, sem IVA, indicados até à segunda casa decimal, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar;
 - c. Caso as especificações técnicas propostas não correspondam às fixadas no caderno de encargos, o concorrente deverá apresentar documento que demonstre que as soluções apresentadas na



FORNECIMENTO E MONTAGEM DE CONTENTORES ENTERRADOS PARA RESÍDUOS INDIFERENCIADOS E SELETIVOS"

Programa de Procedimento

- sua proposta satisfazem, de modo equivalente, as exigências definidas por aquelas especificações;
- d. Cópia da **certidão do registo comercial da sociedade ou código de acesso à “Certidão Permanente”** da sociedade, a qual corresponde à disponibilização em suporte eletrónico (artigo 14.º da Portaria 1416-A/2006, de 19 de dezembro), no caso de o concorrente ser uma pessoa coletiva, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, ou documento equivalente.
 - e. **Declaração de inexistência de impedimentos para a participação em procedimentos de contratação pública** (Anexo III), nos termos dos artigos 69.º a 76.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro), datada e assinada digitalmente;
 - f. Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis na apresentação da sua proposta.
- 3- O concorrente deverá disponibilizar temporariamente ao Município uma amostra, ao abrigo do art.º 49.º-A do CCP, em data e local a comunicar após a abertura de propostas, via canal ‘*outras comunicações*’ da plataforma eletrónica em uso, a qual será devolvida aquando da adjudicação.

ARTIGO 8.º - MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 1- Os documentos que constituem a proposta **devem ser apresentados diretamente na plataforma eletrónica de compras públicas** utilizada pelo Município de Alenquer, no endereço www.acingov.pt.
- 2- Todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica, incluindo os documentos que constituem a proposta, **devem ser assinados eletronicamente** mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos dos artigos 54.º, 64.º e 68.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
- 3- Os certificados, a que se refere o número anterior, são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em: www.gns.gov.pt).
- 4- No caso do certificado de assinatura eletrónica qualificada não relacione diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, os Interessados devem proceder à junção de documento oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- 5- A assinatura de pastas zipadas ou compactadas não equivale à assinatura dos documentos nelas contidos mantendo-se a exigência prevista no número anterior.
- 6- A proposta e os documentos que a acompanham serão preferencialmente enviados em formato PDF ou similar.
- 7- Todos os documentos que integram a proposta são, obrigatoriamente, redigidos em língua portuguesa.



FORNECIMENTO E MONTAGEM DE CONTENTORES ENTERRADOS PARA RESÍDUOS INDIFERENCIADOS E SELETIVOS"

Programa de Procedimento

- 8- Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos estiverem redigidos em língua estrangeira, deverá o concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
- 9- No caso de agrupamento de concorrentes, cada uma das entidades que o compõe deve apresentar os documentos referidos nos pontos anteriores;
- 10- Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos da proposta devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

ARTIGO 9.º - PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 1- Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados diretamente na plataforma eletrónica, **até às 23h 59m do 30.º (trigésimo) dia**, a contar da data do envio do anúncio ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia.
- 2- As propostas e respetivos documentos consideram-se apresentados no momento da sua submissão.
- 3- De acordo com a Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, entende-se por submissão da proposta o momento em que se inicia a efetiva assinatura eletrónica da proposta.
- 4- Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as propostas que tenham sido assinadas (com assinatura eletrónica qualificada) e recebidas dentro do prazo estipulado no n.º 1 do presente artigo.
- 5- Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os concorrentes que já as tenham apresentado podem, livremente, alterá-las ou retirá-las, bastando para tal proceder em conformidade com as instruções referidas nos manuais constantes da área de ajuda disponível na plataforma eletrónica.
- 6- A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha consultado as peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.
- 7- A decisão de prorrogação do prazo cabe ao órgão competente para a decisão de contratar e devem ser juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões.

ARTIGO 10.º - APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES

- 1- Não é admitida a apresentação de propostas variantes.
- 2- Entendem-se por variantes as propostas que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas nos termos expressamente admitidos pelo caderno de encargos.



FORNECIMENTO E MONTAGEM DE CONTENTORES ENTERRADOS PARA RESÍDUOS INDIFERENCIADOS E SELETIVOS"

Programa de Procedimento

ARTIGO 11.º - PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de **90 (noventa)** dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

ARTIGO 12.º - NEGOCIAÇÃO

Não haverá lugar à negociação das propostas.

ARTIGO 13.º - CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, determinada pela avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.

ARTIGO 14.º - CRITÉRIO DE DESEMPATE

- 1- Em cumprimento do n.º 4 do artigo 74.º do CCP, no caso de ser verificado um empate entre as propostas apresentadas é definido como critério de desempate na avaliação das mesmas, a realização de um sorteio de entre as propostas melhor classificadas e relativamente às quais se verifica o empate.
- 2- Para efeitos do disposto no número anterior, o júri notifica os concorrentes que apresentaram as propostas submetidas ao sorteio, com uma antecedência mínima **de 3 (três) dias**, da data, da hora e do local da sua realização.
- 3- A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes.
- 4- Numa urna são introduzidos cartões com os números respetivos, procedendo-se seguidamente à sua extração.
- 5- A ordenação das propostas objeto do sorteio é efetuada de acordo com a ordem da extração efetuada.

ARTIGO 15.º - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 1- O adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:
 - a. Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º e elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II, ambos do CCP;
 - b. Documentos comprovativos de que não se encontra em nenhuma das situações de impedimento previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º CCP, designadamente os seguintes documentos:
 - i. Registo Criminal do concorrente e dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência e se encontrem em efetividade de funções, ou código de acesso às mesmas;
 - ii. Certidão comprovativa em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social em Portugal ou,



FORNECIMENTO E MONTAGEM DE CONTENTORES ENTERRADOS PARA RESÍDUOS INDIFERENCIADOS E SELETIVOS"

Programa de Procedimento

se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;

iii. **Certidão comprovativa em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português** ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.

- c. Documento comprovativo do registo efetuado através do Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE), em cumprimento da obrigação estatuída no artigo 5.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, ou, em alternativa, o respetivo código de acesso;
- d. Identificação pessoal da(s) pessoa(s) que intervém(êm) no contrato;
- e. Indicação do interlocutor na execução do contrato e respetivos contactos: e-mail e telefone.

- 2- Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa;
- 3- Quando os documentos, a que se refere a alínea b) do ponto 1, se encontrarem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar ao Município de Alenquer o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa;
- 4- O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto do ponto 1, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 86.º do CCP.

ARTIGO 16.º - MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 1- O adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação diretamente na plataforma eletrónica.
- 2- Quando os documentos solicitados no artigo anterior se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da sua apresentação, indicar o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos delas constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
- 3- Se o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos indicados no artigo anterior devem ser apresentados por todos os seus membros.
- 4- Os documentos identificados nas alíneas a) e d) do n.º 1 do artigo anterior devem ser assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- 5- Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o adjudicatário submeter na plataforma eletrónica um documento oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º, da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.



FORNECIMENTO E MONTAGEM DE CONTENTORES ENTERRADOS PARA RESÍDUOS INDIFERENCIADOS E SELETIVOS"

Programa de Procedimento

- 6- O órgão competente para a decisão de contratar pode, sempre, exigir ao adjudicatário, no prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto dos números anteriores, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 86.º do CCP.

ARTIGO 17.º - PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 1- O adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da data da notificação da adjudicação.
- 2- Caso o adjudicatário se veja impedido, por facto que não lhe seja imputável, de cumprir de forma perfeita e integral as obrigações impostas em sede de habilitação deve invocar e justificar, de forma imediata, o impedimento e, logo que o mesmo cesse, proceder à regularização que se imponha.
- 3- Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues, que possam levar à caducidade da adjudicação, o adjudicatário será notificado para, no **prazo de 2 (dois) dias úteis** se pronunciar, por escrito, relativamente ao qual o facto ocorreu, nos termos do n.º 2 do artigo 86.º do CCP.
- 4- Caso as irregularidades detetadas sejam por facto não imputável ao adjudicatário, nos termos dos números anteriores, será concedido, em razão das razões invocadas, um prazo adicional de **2 (dois) dias úteis** destinado ao seu suprimimento, conforme disposto no n.º 3 do artigo 86.º do CCP.

ARTIGO 18.º - PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO

Não é exigida a prestação de caução de acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 19.º - CONSULTA E OBTENÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

- 1- As peças do procedimento encontram-se disponíveis para consulta dos interessados, desde o dia da publicação do anúncio do presente procedimento, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, na Divisão de Contratação, sita nos Paços do Concelho, 2580–318 Alenquer.
- 2- As peças do concurso são disponibilizadas, diretamente, na plataforma eletrónica de compras públicas utilizada pelo Município de Alenquer, no endereço eletrónico www.acingov.pt.

ARTIGO 20.º - PEÇAS QUE CONSTITUEM O PROCEDIMENTO

Fazem parte integrante do presente procedimento as seguintes peças:

- a) O presente programa de procedimento;
- b) O caderno de encargos e respetivos anexos.

ARTIGO 21.º - ASSUNÇÃO DE NOVOS COMPROMISSOS

A adjudicação está dependente da verificação da conformidade legal da despesa, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas e demais normas exigidas por lei.



**FORNECIMENTO E MONTAGEM DE CONTENTORES ENTERRADOS PARA RESÍDUOS
INDIFERENCIADOS E SELETIVOS"**

Programa de Procedimento

ARTIGO 22.º - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o que não esteja previsto no presente programa de procedimento aplica-se o Código dos Contratos Públicos, publicado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.



**FORNECIMENTO E MONTAGEM DE CONTENTORES ENTERRADOS PARA RESÍDUOS
INDIFERENCIADOS E SELETIVOS"**

Programa de Procedimento

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO

- 1- ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes] adjudicatário(a) no procedimento de ... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 2- O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 3- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], (data) [Assinatura (5)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.

**ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS PARA A PARTICIPAÇÃO EM
PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA**

(Nos termos dos artigos 69.º a 76.º do Código do Procedimento Administrativo,
aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro)



**FORNECIMENTO E MONTAGEM DE CONTENTORES ENTERRADOS PARA RESÍDUOS
INDIFERENCIADOS E SELETIVOS"**

Programa de Procedimento

..... (nome, número de documento de identificação, respetiva data de validade e morada), na qualidade de representante legal de (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), declara, sob compromisso de honra, e para todos os efeitos legais, **que relativamente à sua representada não se verificam quaisquer das situações de impedimento previstas nos n.ºs 1, 3 e 4 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA)**, que a impeçam de intervir em procedimento administrativo ou em ato ou contrato de direito público ou privado da Administração Pública, designadamente procedimentos de contratação pública promovidos pelo Município de Alenquer.

Mais declaro ter pleno conhecimento que a violação do disposto nos n.ºs 3 a 5 do artigo 69.º do citado diploma legal implica, a anulação dos atos ou contratos em que tenham intervindo titulares de órgãos ou agentes impedidos, sem prejuízo do dever de indemnização da Administração Pública e terceiros de boa-fé pelos danos resultantes da anulação do ato ou contrato, nos termos do art.º 76.º do CPA.

... (local), ... (data),

[assinatura].
